

**O TRABALHO DOCENTE NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS:  
PERSPECTIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO  
CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ (DCRC) PARA A BASE  
NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC)**

**TEACHING WORK IN THE FIELD OF HUMAN SCIENCES:  
PROSPECTS ON THE CONSTRUCTION OF THE CEARÁ STATE  
REFERENCE CURRICULAR DOCUMENT (DCRC) FOR THE  
COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS (BNCC)**

*Antônio Alex Pereira de Sousa<sup>1</sup>  
Maria Veirislene Lavor Sousa<sup>2</sup>  
Paulo Venício Braga de Paula<sup>3</sup>*

Recebido: 08/2019  
Aprovado: 11/2019

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir sobre a presença e desenvolvimento do texto da Ciências Humanas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do Ceará, chamada de Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC). Buscou-se resgatar sua história, a construção e o modo como o processo de implementação está se desenvolvendo no Ceará. Das etapas que constituem a metodologia estão a pesquisa bibliográfica, que teve como fonte documentos oficiais do Ministério da Educação e outros produzidos no Estado do Ceará, entres os quais: Constituição (1988), LDB (1996), PCNEM (1999), PCN + (2002) e, mais recentemente, DCNEM (2018), além do Escola Viva e Escola Aprendente, documentos produzidos a nível estadual, respectivamente em 2005 e 2006. Outras obras analisadas foram os livros que auxiliaram na definição dos possíveis conteúdos que estarão presentes no DCRC. Junto a ela, a pesquisa-ação também foi utilizada como estratégia metodológica de pesquisa, já que os participantes são observadores, mas também agentes do processo. Os resultados parciais decorrem das conclusões das revisões bibliográficas, que estão presentes dentro do texto da DCRC, e nos levou a reflexões e ações sobre currículo e políticas públicas para a produção da BNCC no Estado do Ceará, ainda em processo de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Educação Básica, Políticas Públicas, BNCC, Currículo, Ciências Humanas.

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e especialização em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá. Professor da Faculdade Ratio e da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC/CE). [alexsousa.filosofia@gmail.com](mailto:alexsousa.filosofia@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Salamanca - USAL/Espanha. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Fortaleza e Mestra em Gestão de Sistemas de e-Learning pela Universidade Nova de Lisboa - PT. [veirislene@gmail.com](mailto:veirislene@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Planejamento em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Informática Educativa pela Universidade Estadual do Ceará, Especialista em Administração Escolar pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA. Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Ceará. Professor de Nível Superior de cursos de Graduação e Pós-Graduação. Professor da Rede Pública do Estado do Ceará. [pauloveniciobg@gmail.com](mailto:pauloveniciobg@gmail.com).

**Abstract:** This article aims to reflect on the presence and development of the text of the Humanities in the Ceará National Common Curriculum Base (BNCC), called the Ceará Referential Curriculum Document (DCRC). We sought to rescue its history, the construction and the way the implementation process is developing in Ceará. The steps that constitute the methodology are the bibliographic research, which had as its source official documents from the Ministry of Education and others produced in the State of Ceará, among which: Constitution (1988), LDB (1996), PCNEM (1999), PCN + (2002) and, more recently, DCNEM (2018), in addition to Escola Viva and Escola Aparente, documents produced at the state level, respectively in 2005 and 2006. Other works analyzed were the books that helped to define the possible contents that will be present in the DCRC. Along with it, action research was also used as a methodological research strategy, since the participants are observers, but also agents of the process. The partial results come from the conclusions of the bibliographic reviews, which are present within the text of the DCRC, and led us to reflections and actions on curriculum and public policies for the production of BNCC in the state of Ceará, still under development.

**Keywords:** Basic Education, Public Policy, BNCC, Curriculum, Humanities.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar e refletir sobre a presença da Ciências Humanas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), buscando resgatar sua história e como seu processo de implementação está ocorrendo no Estado do Ceará, lugar onde os autores do artigo, que também são revisores da BNCC, estão desenvolvendo o estudo. Desse modo, o texto apresenta considerações parciais, haja vista o processo de construção da BNCC está em andamento.

A necessidade de uma reorganização curricular na educação brasileira foi considerada ponto central na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) que foi criado em 2014 e levou o governo federal a realizar a produção da BNCC. Uma base curricular, no Brasil, apresenta-se como importante por visar corrigir as desigualdades de aprendizagem dos diversos sujeitos presentes na nação, pontuando o direito de aprendizagem básico que cada cidadão deve ter direito para que possa ser integralmente formado.

A versão final homologada pelo MEC definiu que BNCC será complementada por uma parte diversificada que deve atender as demandas educacionais de cada localidade. Assim, entende-se que as ciências humanas, principalmente os saberes da Filosofia e da Sociologia, têm função importante na construção na formação integral dos discentes brasileiros, devendo estar na parte obrigatória (base comum) e na flexível (parte diversifica). Mas a presença desses dois saberes e outros como a educação física está cercado de diversas discussões, principalmente acerca da presença desses componentes curriculares no Ensino Médio, que emergiram a partir da aprovação da 3ª versão da BNCC, homologada no Governo Michel

Temer, junto com a aprovação da nova lei do Ensino Médio, criada a partir de Medida Provisória (MP). Neste contexto, cercado de polêmicas, no qual pesquisadores, especialistas e professores precisam repetir justificativas para a permanência de saberes tão importantes como os da Filosofia e de Sociologia, que se encontra esse trabalho, no qual buscamos apresentar as reflexões e atividades desse processo, que ocorre a nível nacional, e está se realizando no Estado do Ceará, a fim de possibilitar recursos para que pesquisadores de currículo possam conhecer parte dessa política pública que se desenvolve nacionalmente.

A importância da pesquisa está, primeiramente, na apresentação de todo o processo, pois mesmo que a BNCC a nível nacional esteja homologada, nos estados ela não terá, necessariamente, a mesma constituição, já que a última versão veio permeada pela ideia de que os estados devem definir os objetos de conhecimento que cada estudante deve ter acesso nas unidades federativas. Ao ter acesso aos caminhos trilhados para que esses documentos pudessem ser constituídos, é possível desenvolver estudos, traçar críticas, ver ganhos, erros acertos e outros que possibilitem, aqueles que pesquisam currículo, compreender as diversas formas que teve a reformulação curricular brasileira que ocorre desde o ano de 2014, quando foi aprovado o PNE (Plano Nacional de Educação).

Outra razão, mais política do que educacional, é a compreensão das mudanças que cada estado teve na construção de seu documento. Ao analisar a 3ª versão da BNCC, percebe-se, apesar das críticas sobre o documento, que ela carrega um viés político e econômico, pois esta muda a forma como a educação, a partir da base, estava sendo pensada desde o ano de 2014. Uma das mudanças foi o uso dos termos “competências” e “habilidades” no lugar do termo “objetos de conhecimento”, a qual possibilitou a desconstrução do que estava presente nas duas primeiras versões, que continha, de forma mais objetiva, os conteúdos mínimos que cada estudante brasileiro tem direito de aprender. Em um primeiro momento a ideia pode parecer positiva, já que não engessaria nenhuma forma de organização curricular nas escolas. Contudo, observa-se que essa estratégia vai no caminho de fragmentar a existência de disciplinas, como as das ciências humanas.

Essa hipótese fica mais evidente quando olhamos as mudanças presentes na Nova lei do Ensino Médio (nº 13.415/2017), que alterou a LDB em vários de seus artigos, como a não obrigatoriedade do ensino de todos os componentes curriculares em todos os três anos do Ensino Médio, com exceção do português e da matemática (LDB, Art. 35-A, § 3º). Outra mudança foi a inclusão dos itinerários formativos, a estratégia pedagógica encontrada para flexibilizar o currículo e possibilitar que os estudantes “escolham” o que vai estudar. Agora,

cada escola que aderir ao novo ensino médio terá que dedicar parte de sua carga horária a oferta destes itinerários. Aqui se apresenta um dos pontos no qual o poder econômico privado consegue adentrar na escola pública, tendo em vista que esta detém grande parte das matrículas dos estudantes, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019). Neste novo modelo, os estudantes poderão cursar o itinerário de formação técnica e profissional (LDB, Art. 36 em outras instituições que não a próprias escola, que poderão “firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento” (LDB, Art. 36, § 11).

A lei do Novo Ensino Médio modificou a LDB e incluiu o Art. 35-A (§ 5º), “A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio”. Ora, se dividirmos a quantidade de 1800 horas pelos três anos, ter-se-á, caso tenha-se como referência as horas de aulas por dia, somente 3 horas diárias para trabalhar a BNCC com os estudantes, enquanto 4 horas serão dedicadas aos itinerários formativos, já que o novo Ensino Médio também institui a escola em tempo integral composto por sete horas aulas diárias. Desse modo, das sete horas que a escola tem, os discentes podem dedicar quatro delas para a formação profissional. É perceptível, como diz Mônica Ribeiro da Silva, a abertura da escola pública para a entrada direta do mercado.

Primeiro, a hipótese é que no Ceará existam disciplinas de todos os componentes durante o Ensino Médio. Contudo, a quantidade de horas-aula para cada componente não está definida. Outra questão, mais concreta que a primeira, gira em torno da construção da Base, que no estado cearense se chamará Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC).

Diferente da BNCC que apresenta somente as competências e habilidade, entendendo competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana” (BNCC, 2018), a DCRC terá dois elementos curriculares a mais: os objetos de conhecimento e os objetos específicos. Os objetos de conhecimento são os conteúdos, conceitos e processos que serão trabalhados nas aulas com os alunos e os objetos específicos se referem ao seu detalhamento. Nesse contexto, diferente do nacional, o Ceará oferece a comunidade escolar, principalmente a docentes e discentes, saber quais os objetos de conhecimento mínimos as escolas devem proporcionar para o aprendizado dos estudantes.

Uma postura importante, que representa resistência frente a uma suposta ideia inovadora da educação, é a compreensão de que no Ceará já se tem currículo, o que faremos, mesmo diante

de um contexto totalmente novo, é atualizá-lo. Nesse sentido, apresenta também um teor político, sugerindo que a ideia do Novo Ensino Médio, em seu discurso, irá resolver todos os problemas da etapa final da educação básica brasileira, o que se pode pensar não ser uma verdade. A reflexão sobre a BNCC, mesmo com toda a sua contribuição ao definir o “currículo mínimo” para as escolas do Ensino Médio no Brasil, foi produzida e articulada com demandas que escapam aos interesses da educação, que é uma formação integral. Neste interim, pensamos que o mundo do trabalho é um conceito que ultrapassa a ideia de um ensino técnico e profissional, especialmente o ofertado pelo ensino privado, portas para a privatização de parte da educação básica.

## **Metodologia**

Dos recursos bibliográficos utilizados no desenvolvimento da presente pesquisa estão os diversos documentos legais, como a Constituição, a LDB, as diversas Diretrizes Curriculares, o PCN, o PCN+, o OCN, a BNCC e outros textos e obras que ampararam o entendimento de educação e a produção do referencial curricular. Outra bibliografia utilizada para a elaboração do documento foram textos que apresentavam a Taxonomia de Bloom que, mesmo diante de críticas em torno de sua abordagem técnica (MACEDO, 2018), está presente na BNCC do ensino fundamental e muito colaborou com a produção do documento.

Nesse sentido, para a produção deste trabalho realizou-se a pesquisa bibliográfica de diversos documentos sobre a BNCC, como o PNE, as três versões da BNCC, os relatórios dos revisores, as estatísticas de cada versão, com exceção da terceira que teve o processo diferenciado, assim como documentos curriculares do Estado do Ceará, como o Escola Viva e Escola Aprendente. A pesquisa se caracteriza, também, pelo caráter participativo, dando a ela um viés de pesquisa participativa ou pesquisa-ação, já que o pesquisador é também redator da BNCC no Estado do Ceará.

Como já pontuado, entende-se que a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), como método de pesquisa, faz parte da metodologia do trabalho, já que os pesquisadores também participam das modificações do processo. Neste ponto, contudo, pontua-se a ação que os revisores e colaboradores tiveram no processo de produção do documento, com suas considerações importantes, tanto para a produção do documento, como para a modificação de muitas teses que tínhamos sobre o objeto analisados, melhorado também como a percepção dos professores da rede estadual. A equipe de revisores é composta por pesquisadores das universidades e docentes

da rede municipal e pública.

Outro método utilizado para desenvolver a DCRC foi o diálogo com diversos sujeitos que pudessem contribuir com a discussão, como no caso de temas em torno da Filosofia indígena, que tem pouco material produzido e publicado. Neste caso, precisamos dialogar com alguns sujeitos que participam de movimentos sociais em prol da causa indígena, e que fossem formados em Filosofia, para que pudessem sugerir problemas, questões e teorias. Outros foram sugeridos pelos revisores da DCRC, como temas sobre a Filosofia latino-americana e a questão de gênero. No contexto da Sociologia, foi realizado um trabalho (presencial e online) incluindo formação, diálogos, debates, etc. para construção deste conhecimento coletivo, com colaboradores, professores de escolas públicas, de universidades e conversas com pessoas envolvidas em movimentos sociais que tratem das questões da diversidade étnico-racial e de gênero. Principalmente a temática que envolvem a causa dos povos originários (indígenas), muito invisibilizada historicamente, foi fortalecida no documento, pela necessidade histórica, buscando decolonizar a escrita e trabalhar conceitos interculturais e intraculturais.

### **Referencial teórico**

Foram usadas como base teórica as fontes documentais e bibliográficas, nacionais e estaduais, já citadas na metodologia e nas referências, tais como: Constituição (1988), LDB (1996), Orientações Curriculares Nacionais (2006), Diretrizes Curriculares (2013), o PCN (2000), o PCN+ (2006), o PNE (2018), as três versões da BNCC (2015, 2016 e 2017), Escola Viva, Escola Aprendiz, além da obra de Bloom (1956), autor que desenvolveu uma importante ferramenta, que deve fazer parte da formação docente, a Taxonomia de Bloom, a qual busca melhoramentos sobre os objetivos traçados no processo ensino aprendizagem. Alguns livros didáticos de Filosofia e Sociologia, sugeridos no PNLD (2019) também serviram como fonte de pesquisa para rever conteúdos mais atuais trabalhados pelos professores.

Outros referenciais teóricos, que atenderam a demanda da produção dos objetos de conhecimento, foram as obras do PNLD e outros textos. Entre as obras do PNLD para Filosofia estão: Diálogo: primeiros estudos em Filosofia (2016), de Ricardo Melani; Filosofia e filosofias: existências e sentidos (2016), de Juvenal Savian Filho; reflexões: Filosofia e cotidiano (2016), de José Antônio Vasconcelos; Filosofia: temas e percursos (2016), organizado por Vinícius de Figueiredo; Filosofando – Introdução à Filosofia (2013), de Maria Lúcia de Arruda e Aranha e Maria Helena Pires Martins; Filosofia: Experiência do Pensamento, de Sílvio

Gallo (2013); Filosofia: Por uma Inteligência da Complexidade (2013); Fundamentos de Filosofia (2013), de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes; Iniciação à Filosofia (2013), de Marilena Chauí. Além desses, outras obras, que não estavam presentes de forma adequada em várias dessas obras, foram utilizadas para a produção da DCRC, no quais estão O ensino de Filosofia e a lei 10.639 (2014), de Renato Nogueira, e o Filosofia para adolescentes (2007), de Yves Michaud.

Sobre a Sociologia, utilizou-se cinco obras disponíveis no PNLD vigente: Sociologia; Sociologia Hoje; Tempos Modernos, Tempos de Sociologia; Sociologia para Jovens do Século XXI; e Sociologia em Movimento, além da pesquisa sobre a releitura de autores clássicos e contemporâneos da Sociologia e da Antropologia.

## **Resultados e discussão**

Diante do cenário investigado, que perpassa por marcos legais, concepções de educação, política, economia, resistência e vontade de mudança positiva da educação brasileira, este trabalho sobre a produção do Documento Referencial Curricular do Ceará, especialmente sobre as questões em relação as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apresenta-se como um contributo para aqueles que buscam estudar e conhecer a questão do currículo e de políticas públicas educacionais, já que a BNCC e novo Ensino Médio andam juntos a fim de modificar a estrutura das escolas, o currículo e o financiamento da educação.

Paralelamente as discussões, que acima já citamos boa parte, está o diálogo em torno da produção do texto que antecederá a tabela com os conteúdos que serão referenciais a ser ensinados pelos professores dos componentes de ciências humanas das escolas de Ensino Médio do Ceará. Cada área de pensamento terá, dentro da DCRC, um espaço para refletir questões gerais sobre a prática dos professores do Ensino Médio no Ceará.

A produção do documento cearense está sendo produzido partindo do pressuposto de que no Ceará já há experiências do currículo, justamente o Escola Viva e o Escola Aprendiz. Desse modo, a definição dos conteúdos e a organização do texto que o antecede, lançaram mão desses documentos para auxiliar na produção do DCRC. Uma atualização, ao mesmo tempo que é criação.

A primeira reflexão era o quê recuperar dos documentos anteriores, principalmente o Escola Aprendiz. Decidimos, os membros da área de humanas, que a organização dos tópicos que organizariam o trabalho atenderia a demandas da área, não necessitando que fosse igual ao

das outras áreas. Assim, na introdução ao conteúdo da planilha, serão trabalhados os sentidos da aprendizagem das ciências humanas, a importância da interdisciplinaridade para o ensino de humanas, a especificidade das ciências humanas na DCRC, no qual se analisou a ideia de competências e habilidades. Também estão neste documento questões sobre a avaliação, a pesquisa e as múltiplas e diversas narrativas, usos e forma de construção dos conhecimentos das ciências humanas.

Os resultados trazem reflexões aprofundadas sobre a necessidade de se pensar e repensar a questão curricular, especialmente sobre conhecimento, competências, habilidades e objetos do conhecimento a serem trabalhados nas Ciências Humanas, especialmente no caso deste artigo, pensados pelos professores de Filosofia e de Sociologia. Assim, o DCRC está sendo desenvolvido para o Estado do Ceará, criado com objetos do conhecimento e objetos específicos que visem atender as necessidades dos estudantes para uma aprendizagem significativa, uma educação integral, com equidade. O documento produzido pela equipe de Ciências Humanas passa por ampla discussão, conta com o trabalho de uma equipe de colaboradores de vários seguimentos, oriundos das escolas cearenses, professores de algumas universidades, outros setores da sociedade civil e ainda passará por consulta pública a nível estadual cearense.

<b>COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1</b>
Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
<b>HABILIDADE 1</b>
(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
<b>OBJETOS DE CONHECIMENTO</b>



<p>A constituição das diversas fontes históricas e a construção de significados a partir das evidências documentais;  Fontes orais, visuais, audiovisuais, escritas e virtuais;  Os diversos discursos historiográficos e seus pressupostos teóricos na compreensão dos processos históricos;  As diversas linguagens e narrativas sociais como expressões culturais no tempo e no espaço;  Fontes e narrativas filosóficas;  A dúvida filosófica;  Linguagens cartográficas e pictográficas:  Mapas e Atlas;  Narrativas sociais;  Pensamento clássico e contemporâneo da sociologia;  Métodos e narrativas da pesquisa científica.</p>			
HISTÓRIA	GEOGRAFIA	FILOSOFIA	SOCIOLOGIA
<p>Apresentar, discutir e perceber a particularidade das diversas fontes históricas, orais, escritas, visuais, eletrônicas, gestuais, compreendendo-as como documentos que auxiliam na interpretação do fato Histórico.</p>	<p>Analisar e interpretar mapas, escalas, gráficos, tabelas e outras fontes e nos diversos âmbitos da vida considerando-os como elementos capazes de fornecer uma leitura e compreensão de ideias.</p>	<p>Reconhecer, explicar, esboçar e analisar o problema filosófico como fonte pesquisa da Filosofia, compreendendo sua relação com o questionamento, a reflexão, a especulação, a criticidade, a radicalidade, a sistematicidade/complexidade, o pensamento racional, a argumentação, a abstração e a criação de conceitos, proporcionando ao discente vivenciar a experiência do questionamento filosófico.</p>	<p>Compreender a Sociologia como ciência da sociedade em sintonia com o movimento da vida social contemporânea.</p>

### Considerações finais

As considerações trazem reflexões sobre a importância a respeito do desenvolvimento do trabalho para a educação cearense, a partir da produção de todos os profissionais envolvidos no trabalho com a BNCC. A presente pesquisa levanta a discussão sobre currículo, apresentação de conteúdo, os quais serão trabalhados pelos docentes nas escolas. Assuntos estes que já preocupam diversos professores, pois existe um receio, com toda a razão, acerca da lotação com a não obrigatoriedade das disciplinas. Junto a isso, há a questão do saber quais conteúdos e em que tempo irão trabalhar. Enfim, a questão da lotação dos docentes nas escolas. Todavia, não se tenha informações precisas, já que o processo está se dando em todos os estados, busca-se apresentar algumas resoluções a que chegou o Estado do Ceará.

## Referências

- BLOOM, Benjamin S. **Taxonomy of educational objectives: The classification of educational goals: Handbook I, cognitive domain.** New York; Toronto: Longmans, Green, 1956.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Curricular Comum. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Guia PNLD. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/10521-pnld-2019>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas - volume 3. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024. Brasília, 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Estabelece a Lei do Novo Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parte IV: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas - volume 3. Brasília, 2000.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez, 1996.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. BRASIL.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2018. Brasília, 2019.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Metodologias de Apoio:** áreas de ciências humanas e suas tecnologias. Fortaleza: SEDUC, 2008. (Coleção Escola Aprendiz - Volume 4).
- CEARA. Secretaria da Educação. **Metodologias de Apoio:** matrizes curriculares para ensino médio. – Fortaleza: SEDUC, 2009. (Coleção Escola Aprendiz - Volume 1)
- MACEDO, Elizabeth. “A base é a base”. E o currículo é o quê?. In. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018, p.28-33.
- SILVA, Mônica Ribeiro. **A BNCC da Reforma do Ensino Médio:** o resgate de um empoeirado discurso. Educação em revista, V. 34, e214130, p. 1-15.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 1986.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Ed. Moderna, 2013.

GALLO, Sílvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. São Paulo: Scipione, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2014.

COTRIM, Gilberto e FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEIER, Celito. **Filosofia: por uma inteligência da complexidade**. Belo Horizonte: Pax, 2014.